

## QUAIS LEIS DO ANTIGO TESTAMENTO TÊM AUTORIDADE HOJE?

Herman L Hoeh

Aqui está como você pode saber quais leis do Antigo Testamento foram alteradas ou não são mais necessárias, e quais somos ordenados a observar hoje.

Os cristãos-novos costumam perguntar: "Quando leio o Antigo Testamento, como posso saber a diferença entre as leis cerimoniais, que não são mais obrigatórias para a Igreja, e as leis que têm autoridade hoje?" O crescimento cristão depende, em grande parte, de se compreender a resposta a esta pergunta básica.

### **Dez Mandamentos têm autoridade**

O patriarca Abraão guardou os Mandamentos. "Abraão obedeceu à Minha voz", disse Deus, "e guardou a Minha ordem, os Meus mandamentos, os Meus estatutos e as Minhas leis" (Gên. 26: 5).

A lei espiritual básica de Deus que regula a vida humana tem autoridade. É "santa, justa e boa", disse Paulo em Romanos 7:12-14. Esta lei está resumida nos Dez Mandamentos que Deus deu a Israel no Monte Sinai. Os Dez Mandamentos não eram novos - apenas a forma escrita e codificada na qual Deus falou e os escreveu era nova.

Davi foi inspirado a escrever: "Todos os seus mandamentos são seguros. Eles permanecem firmes para todo o sempre, e são feitos em verdade e retidão" (Sal. 111:7-8, Versão Autorizada).

Jesus disse: "Não penseis que vim destruir a Lei ou os Profetas. Eu não vim para destruir, mas para cumprir" (Mateus 5:17). A Igreja de Deus acredita em Davi. Ela acredita em Jesus. Ela faz o que Ele ordena. Ele é, afinal, o Cabeça da Igreja de Deus.

### **Outras leis baseadas nos Dez Mandamentos**

Abraão guardou os Dez Mandamentos. Ele também guardou os estatutos e leis de Deus. Quais eram esses estatutos e leis?

Além dos amplos princípios dos Dez Mandamentos, Deus deu aos patriarcas estatutos para o bem-estar geral do povo, juntamente com julgamentos para a proteção dos direitos legais de todos. Os estatutos são expressões menores de um legislador, geralmente ordenando ou proibindo que certas coisas sejam feitas. Os julgamentos são decisões obrigatórias dos juízes com base na lei previamente revelada de Deus. Essas decisões são usadas para resolver disputas futuras semelhantes e para proferir uma sentença ou veredicto.

De modo geral os Dez Mandamentos se aplicam à conduta individual, os estatutos aos assuntos nacionais ou da Igreja e os julgamentos às decisões proferidas de acordo com os princípios dos Dez Mandamentos e os estatutos.

O mundo se desviou tanto da verdade nos dias de Moisés que Deus teve que revelar Suas leis e estatutos novamente aos israelitas. O antigo Israel havia perdido muito do conhecimento dos caminhos de Deus enquanto estava na escravidão egípcia. Observe, porém, que Deus estava revelando leis que já estavam em vigor.

Em Êxodo 16:28 Deus desafiou Israel: "Até quando você se recusa a guardar meus mandamentos e minhas leis?" Israel não podia recusar o que não existia.

Em Êxodo 18:16 lemos que Moisés explicou a seu sogro o que ele fez quando o povo teve uma disputa: "Eu torno conhecidos os estatutos de Deus e suas leis".

Ambos os casos ocorreram antes que a nação chegasse ao Sinai – antes que a aliança fosse feita. Visto que esses estatutos e leis existiam antes da aliança feita no Sinai, eles não foram abolidos em 31 dC com a morte de Cristo. A Antiga Aliança não poderia destruir o que não trouxe em vigor.

A Antiga Aliança era um acordo de casamento em que Israel prometeu obedecer ao Eterno (Cristo) que era o Marido, e Ele, por sua vez, prometeu prover para a nação. Obedecer ao Marido significava guardar as leis de Deus que já estavam em vigor.

### **Ampliando a lei**

Os estatutos e leis menores de Deus magnificam os Dez Mandamentos. O Primeiro Mandamento diz, por exemplo: "Não terás outros deuses diante de Mim" (Ex. 20:3). Os estatutos relativos às festas anuais magnificam este princípio — explicam como, de uma forma positiva, assegurar que se adora o único Deus verdadeiro: "Três vezes me celebrará uma festa no ano" (Ex. 23:14).

Muitas leis adicionais — como Êxodo 22:16,19, por exemplo — especificam com mais detalhes como o princípio do Sétimo Mandamento, "Não cometerás adultério" (Ex. 20:14), deve ser aplicado em várias instâncias.

Observe também que Deus fez provisão para julgamentos adicionais a serem estabelecidos ao longo dos séculos (veja Números 27:6-11, por exemplo). Os julgamentos são decisões obrigatórias baseadas na lei previamente revelada de Deus.

Mas, quando começaram as cerimônias carnais e os sacrifícios do sacerdócio levítico? Quando deixaram de ter força e efeito? E como podemos distingui-los dos estatutos e leis que existiam antes da aliança feita no Sinai?

### **Quando as leis de sacrifício começaram?**

Quando Deus trouxe Israel ao pé do Monte Sinai, Ele deu os Dez Mandamentos a eles. Ele permitiu que Moisés declarasse a Israel os estatutos e juízos que o povo não queria ouvir diretamente de Deus (Ex. 20-24). Esses estatutos e julgamentos magnificam os Dez Mandamentos.

Agora, observe com atenção. Há apenas um sacrifício mencionado até agora no livro da lei - o sacrifício da Páscoa (Ex. 23:18). Deus o chamou de "Meu sacrifício".

A Páscoa foi instituída no Egito, semanas antes do Sinai. Tinha que ser incluída no pacto feito no Sinai, mas não foi instituída por esse pacto.

Leia Jeremias 7:22-23. Ouça o que o inspirado Jeremias escreveu: "Pois no dia em que os tirei da terra do Egito, não lhes falei... nem lhes ordenei sobre holocaustos e sacrifícios. Mas esta ordem lhes dei: 'Obedeçam à minha voz e andai em todo o caminho que vos ordeno, para que vos vá bem'" (Versão Padrão Revisada).

Deus não ordenou que esses sacrifícios adicionais fossem oferecidos originalmente. Isso explica por que nenhum desses sacrifícios temporários foi perpetuado por diferentes símbolos na Igreja do Novo Testamento.

Apenas a Páscoa continua – com os diferentes símbolos do Novo Testamento de pão ázimo e vinho. Por que a Páscoa continua até hoje? Porque começou antes da aliança no Sinai ser feita. (Veja sua instituição em Êxodo 12, antes dos israelitas deixarem o Egito). O próprio fato de que Jesus substituiu a Páscoa por pão ázimo e vinho apenas, e não pelas ofertas levíticas temporárias, é prova de que as ofertas cerimoniais do Antigo Testamento não são obrigatórias hoje, mas que a Páscoa, em sua forma do Novo Testamento, é obrigatória.

Paulo explica que os rituais e sacrifícios temporários foram depois "acrescentados por causa das transgressões" (Gál. 3:19) — porque a lei espiritual de Deus estava sendo quebrada — para durar até que Cristo viesse. Eles prefiguravam o sacrifício de Cristo e eram um "lembrete dos pecados" para ensinar ao povo a necessidade do Messias — o verdadeiro Cordeiro pascal — que pagaria a pena da transgressão humana (Heb. 10:3-10).

Observe que esses rituais temporários não definem o pecado. Eles eram lembretes do pecado. As leis espirituais de Deus definem o pecado. As leis que definem o pecado — que explicam o que é o pecado — são as que devemos guardar atualmente.

### **Sacrifícios para sempre?**

O princípio da oferta voluntária de sacrifícios existia antes de Moisés. Abel fez ofertas a Deus, por exemplo (Gên. 4:3-4). Mas, no período de Moisés a Cristo, a prática de dar oferendas foi reduzida a um plano ritualístico e regulamentada em grande detalhe. Por quê?

Porque os filhos de Israel estavam sem promessa do Espírito Santo. Eles não podiam oferecer-se em obediência espiritual a Deus (Deut. 29:4), então eles realizavam lavagens ritualísticas e ofereciam animais e outros tipos físicos em vez disso — como um tipo ilustrativo da verdadeira adoração espiritual por vir (João 4:24).

Eles precisavam ser lembrados do sacrifício futuro de Jesus, então Deus lhes deu tipos físicos na "lei de Moisés", "até que a Semente viesse" (Gal. 3:19).

Atualmente, porém, oferecemos oferendas e sacrifícios espirituais. Estamos sendo "edificados em um sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por meio de Jesus Cristo" (1 Ped 2:5, RSV).

Devemos apresentar nossos corpos em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, nosso serviço espiritual (Rom. 12:1). É um princípio espiritual oferecer a si mesmo em obediência viva – sacrificar a si mesmo – a Deus. Deus Todo-Poderoso é digno de receber tal serviço.

"Mas, os sacrifícios levíticos não foram ordenados para sempre?", alguém pode perguntar. Vejamos o que a Bíblia realmente diz. Podemos encontrar algumas surpresas.

Sim, a Bíblia diz que os ritos de sacrifício e outras funções ritualísticas pertencem ao sacerdócio levítico para sempre. Mas em nenhum lugar o povo é ordenado a oferecer sacrifícios sangrentos para sempre. Vamos entender o real significado da palavra hebraica *olam*, traduzida "para sempre". Significa contínuo, desde que os fatores envolvidos existam.

Tomemos, por exemplo, as três declarações encontradas em Êxodo 21:6, Levítico 25:46 e Deuteronômio 15:17. Todos os três falam de homens sendo escravos de um senhor para sempre, o que obviamente só pode significar contínuo até a morte de uma das partes.

Então, que fatores podem limitar a duração da oferta de sacrifícios?

- 1- A necessidade de um sacerdócio físico e humano;
- 2 - A necessidade de sacrifícios.
- 3 - A existência de um templo ou tabernáculo.

Em outras palavras, enquanto os sacrifícios forem oferecidos, as funções do sacerdócio físico nunca serão transferidas da família de Levi. É deles para sempre. "Porque se Ele [Cristo] estivesse na terra, não seria sacerdote, porque há sacerdotes que oferecem os dons segundo a lei" (Heb. 8:4).

O sacerdócio físico é de Arão, da tribo de Levi. O sacerdócio espiritual é de Jesus, que é da ordem de Melquisedeque, não de Arão.

Qual é o propósito de um sacerdócio? Oferecer sacrifícios e agir em favor dos homens em relação a Deus (Heb. 5:1; 8:3). Mas, por quanto tempo as ofertas físicas como lembretes do pecado precisam ser feitas? Paulo nos diz: "Ora, onde há remissão destes [pecados], já não há oferta pelo pecado" (Heb. 10:18).

Oferecer sacrifícios hoje como lembrança dos pecados já pagos por Jesus, que deu Sua vida em pagamento total por todos os pecados, é desnecessário depois de 31 dC, quando Jesus morreu para pagar pelos pecados do mundo. Deus sinalizou este fato para os judeus em 70 dC, ao permitir a destruição do Templo.

Além disso, desde que o Espírito Santo foi disponibilizado para a humanidade a partir de Pentecostes, 17 de junho de 31 d.C., ofertas físicas e várias abluções, que são tipos do Espírito Santo, não são mais necessárias e, portanto, não são mais obrigatórias. Os fatores envolvidos deixaram de existir. As leis rituais estavam sujeitas a mudanças porque eram apenas tipos da semente prometida, Cristo (que levaria sobre Si os pecados do mundo), e do Espírito Santo, que regeneraria os homens espiritualmente.

Quando as circunstâncias foram alteradas em 31 d.C., na crucificação e no Pentecostes, cessou a obrigação de praticar as leis ritualísticas. Esses rituais não tiveram mais utilidade quando o Cordeiro de Deus morreu por nossos pecados e o Espírito Santo se tornou disponível.

Mas, e as leis espirituais? Elas descrevem o próprio caráter de Deus, pois nos permitem saber como Deus é. Visto que o caráter de Deus permanece imutável (Mal. 3:6, Heb. 13:8), as leis espirituais de Deus não podem mudar.

### **Leis rituais distintas de outras**

Em Hebreus 9:9-10 lemos sobre os dons materiais e sacrifícios, que incluíam "somente comidas e bebidas, várias abluções e ordenanças carnis impostas até o tempo da reforma". Observe que essas leis temporárias não se referiam a assassinato ou roubo ou violação do sábado, mas eram apenas aquelas ordenanças que regulavam as ofertas de carne e bebida e as diferentes lavagens ou abluções dos impuros. (Essas lavagens externas eram um tipo do Espírito Santo nos limpando por dentro). Quaisquer outras leis não incluídas em Hebreus 9:10 não faziam parte dos rituais adicionados por causa do pecado. Lembre-se deste ponto, pois irá ajudá-lo a saber quais ritos no Antigo Testamento foram acrescentados aos estatutos e juízos já existentes.

## **Qual é a lei de Moisés?**

Algumas pessoas se confundem facilmente com o argumento ardiloso de alguns de que os Dez Mandamentos são a lei de Moisés. Eles lêem em Lucas 2:22-24 que as ordenanças da "lei de Moisés" também são chamadas de parte da "lei do Senhor".

Por que a "lei de Moisés" também é chamada de "lei do Senhor"? Porque toda lei vem de Deus. Moisés não era o legislador. Ele meramente disse ao povo as leis que Deus colocou em movimento (João 1:17).

No entanto, a Bíblia nunca chama a lei de Moisés de Dez Mandamentos. A lei de Moisés compreende estatutos civis e juízos que Deus lhe deu para comunicar ao povo. A diferença entre a lei de Moisés e os Dez Mandamentos é que Deus falou os Dez Mandamentos, mas Moisés entregou os estatutos e juízos.

Quando Moisés deu os estatutos e juízos pela primeira vez, a lei de Moisés não tinha sacrifícios relacionados a ela. Jeremias disse isso (Jer. 7:22). A lei de Moisés era originalmente a lei civil, baseada nos princípios dos Dez Mandamentos. Esses estatutos e julgamentos civis também são corretos e bons (Sal. 119:7-8). Algumas dessas leis civis foram incluídas na aliança feita no Sinai (Ex. 21-24) e outras foram promulgadas em épocas posteriores (Deut. 12:1 e capítulos seguintes, por exemplo).

Após a ratificação da Aliança Sinaítica (Ex. 24), o sacerdócio levítico foi estabelecido e as leis que regulam as ofertas foram acrescentadas à lei de Moisés (Ex. 28:1). Antes deste tempo as ofertas eram voluntárias e os jovens eram sacerdotes – Ex. 24:5.

Portanto, a lei de Moisés tem mais de uma parte. Observe a definição de Deus da parte original dessa lei em Malaquias 4:4, RSV: "Lembrai-vos da lei do meu servo Moisés, dos estatutos e das ordenanças que lhe ordenei em Horebe para todo o Israel". Esta lei não devemos esquecer. Devemos mantê-la.

Outros estatutos foram, mais tarde, adicionados a esta lei, regulando rituais materiais, como sacrifícios, acender velas, queimar incenso e várias lavagens para os impuros. Esse fato, quase despercebido, de que a lei de Moisés era composta de duas partes distintas — a civil e a ritualística — é o que causa tanta dificuldade de compreensão.

### **Parte da lei de Moisés ainda em vigor**

Jesus disse que os dois grandes mandamentos eram o amor a Deus e o amor ao próximo. Você sabe de onde Ele citou essas leis? Do livro da lei - as leis que Moisés falou ao povo. Leia-o em Levítico 19:18 e Deuteronômio 6:5. Em 2 João 5 e 6 Deus ordena que os cristãos obedeçam a essas duas leis básicas que Ele comunicou ao povo por meio de Moisés. Em 2 Reis 23:25, Josias é elogiado porque assim o fez.

Observe como é claro. A lei civil de Moisés expõe os Dez Mandamentos revelando como os 10 princípios básicos devem ser aplicados. Devemos guardar esta parte da lei, não no antigo rigor da letra, mas de acordo com seu pleno espírito e intenção.

Então, por que lemos em Atos 15 que os gentios convertidos não precisam observar a "lei de Moisés", exceto por quatro pontos? A resposta é esclarecida em Atos 21:21. A lei de Moisés, aqui questionada, envolvia "costumes". Leia por si mesmo. Os judeus estavam erroneamente acusando Paulo, dizendo que ele ensinava os judeus que viviam no exterior "que não deveriam circuncidar seus filhos nem andar segundo os costumes" (Atos 21:21).

A controvérsia na Igreja primitiva não envolvia a intenção espiritual da lei civil original de Moisés. Envolvia as adições cerimoniais à lei civil original de Moisés - costumes - cerimônias ou rituais adicionados.

### **Por que quatro pontos são especificados em Atos 15**

Este fato é ainda comprovado observando os quatro pontos, incluídos na lei de Moisés, que são obrigatórios para todos os cristãos em todos os lugares. Não devemos comer sangue, animais que foram estrangulados ou carnes oferecidas a ídolos (quando a consciência de outro pode ser contaminada), ou cometer fornicção (Atos 15:20).

Esses quatro pontos eram originalmente parte da lei civil de Moisés. Mas esses pontos também foram incluídos mais tarde nas cerimônias adicionadas porque os gentios comiam seus sacrifícios com o sangue, muitas vezes estrangulavam seus animais, os apresentavam a ídolos e comumente cometiam fornicção em suas cerimônias religiosas. Para evitar que esses costumes pagãos fossem praticados por Israel, Deus incluiu os quatro pontos civis da lei junto com os rituais (Lev. 17:7,10, Num. 25:1-3).

Visto que alguns cristãos recém-convertidos poderiam pensar que esses pontos haviam sido abolidos junto com os rituais temporários, quando essas cerimônias foram declaradas como não sendo mais obrigatórias (em Atos 15), então esses quatro pontos tiveram que ser declarados especificamente como estando ainda em vigor. Como esses quatro pontos faziam parte da lei civil antes da adição dos rituais, eles permaneceram obrigatórios depois que a necessidade dos sacrifícios físicos e lavagens cessou.

A lei civil de Moisés que definiu o pecado não foi chamada em questão em Atos 15 - não estava envolvida. Paulo explicou, em outro lugar, que a lei civil, anteriormente administrada na carta, deveria agora ser observada no espírito e plena intenção de seu significado - 2 Coríntios 3. As muitas leis civis que regulam o dízimo, carnes limpas e impuras e os sábados anuais ainda estão na Igreja do Novo Testamento porque ajudam a explicar o que é o pecado. Elas não faziam parte da lei cerimonial de Moisés mencionada em Hebreus 9:10 e em Atos 15.

Um outro ponto deve ser esclarecido. Certos judeus acusaram Paulo de ensinar que os judeus não deveriam circuncidar seus filhos, um costume instituído muito antes da lei de Moisés e, portanto, não faz parte dela. Essa acusação era falsa. E mesmo para os cristãos gentios a circuncisão, em sua intenção espiritual, não é eliminada - como os Dez Mandamentos, ainda está em vigor. Mas, como a Páscoa, a maneira de circuncisão é agora do coração, não do prepúcio masculino (Rom. 2:28-29, Col. 2:11, Deut. 10:16, 30:6), embora os cristãos judeus também tenham continuado a praticar a circuncisão física.

### **Uma administração diferente**

Agora vamos considerar o uso da pena de morte nos tempos do Antigo Testamento. Em Mateus 5 Jesus deu instruções, não para um governo civil como no Antigo Testamento, mas para uma Igreja espiritual.

Jesus começou dizendo que veio para cumprir a lei, não para destruí-la. Ele então passou a magnificar a aplicação das leis civis como foram dadas ao antigo Israel - não abolindo, mas magnificando e tornando-as mais honrosas (Isa. 42:21). Ele as criou a partir de leis nacionais estritas, dadas a uma nação para ser administrada de acordo com a letra estrita, a um plano espiritual que regula toda a sociedade humana. Seis vezes Jesus disse:

"Vocês ouviram o que foi dito aos antigos. Mas eu digo a vocês..." E então ele passou a expor os princípios espirituais adicionais às leis civis de Moisés.

### **Olho por olho?**

A intenção e o princípio subjacente da lei de Deus é o amor a Deus e ao próximo (Mat. 22:36-40). Para uma Igreja do Novo Testamento gerada pelo Espírito, Cristo mostrou como amar melhor nossos semelhantes.

Mas as instruções dadas a Moisés sobre "olho por olho" não foram concebidas como algumas pessoas as interpretam. Eram leis criadas para regular uma sociedade humana, com todas as suas falhas, de maneira justa. E esses princípios ainda estão em vigor hoje.

Muitos leram a ordem em Êxodo 21:24-25 com espanto, chocados com a suposta crueldade do Deus do Antigo Testamento. Eles supõem que qualquer pessoa que faça uma pessoa acidentalmente perder um olho seria imediatamente apreendida, encarcerada e teria seu olho arrancado em retribuição justa. Mas, este é um entendimento correto do versículo?

O contexto em que encontramos este comando de "olho por olho, dente por dente" está explicando o princípio da justa recompensa por qualquer erro cometido. O versículo seguinte mostra que se uma pessoa faz com que seu escravo perca o olho ou o dente, o escravo deve ser libertado como pagamento pelo dano – compensação dos trabalhadores.

Os versículos 18 e 19 discutem a questão de uma pessoa ferir outra. O que é a punição? "Ele só pagará pela perda de seu tempo e providenciará para que ele seja completamente curado." Era uma questão de pagamento ou recompensa – não de vingança infligindo o mesmo dano. Então, o versículo 22 mostra que uma pessoa deve ser punida se fizer com que uma mulher grávida tenha um aborto espontâneo. Qual a punição neste caso? Mais uma vez, é que "ele pagará conforme os juízes determinarem" para um olho, um "valor de dente" para um dente.

### **Por que a "letra da lei"?**

O antigo Israel era uma igreja nacional – uma nação organizada na congregação de Israel. O povo não tinha a promessa do Espírito Santo; eles eram uma nação deste mundo. Moisés disse que eles nem sequer tinham o poder da vontade para guardar o pouco que ele lhes ordenava (Deut. 5:29).

Paulo disse: "A inclinação da carne é inimizada contra Deus, porque não está sujeita à lei de Deus" (Rom. 8:7). Por essa razão, a letra da lei Israel precisava de punições para os infratores para manter a paz e garantir a obediência na terra. Deus ordenou que os juízes humanos exercessem algumas de Suas prerrogativas divinas e executassem punições em seus semelhantes.

Aquele que se tornou Jesus – o Senhor que falou com Moisés – deu a lei civil a Moisés na estrita carta no Monte Sinai para uma igreja física.

Quase 15 séculos depois, esse mesmo Jesus enfatizou a intenção espiritual da lei. Ele também tornou possível para os membros de Sua Igreja espiritual – a Igreja de Deus do Novo Testamento guardar todas as Suas leis espirituais enviando o Espírito Santo de Deus.